



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

RELATÓRIO

2021

**PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL**





Tribunal Regional Eleitoral
DE ALAGOAS

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
(ANO – 2021)**

Maceió, Fevereiro de 2022



Tribunal Regional Eleitoral
DE ALAGOAS

PRESIDENTE

Desembargador Otávio Leão Praxedes

VICE- PRESIDENTE E CORREGEDOR

Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas

DIRETOR-GERAL

Dir. Maurício de Omena Souza

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sec. José Ricardo Araújo e Silva

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Assessoria de Planejamento e de Gestão Socioambiental - APGS

Abionésimo Marinho da Rocha

UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Coordenadoria de Infraestrutura - COINF

Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

Seção de Almoxarifado - SEALMOX

Seção de Licitações e Contratos - SLC

Seção de Patrimônio - SEPAT

Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG

Seção de Administração de Prédios e Veículos - SAPEV

Seção de Manutenção e Reparos - SMR

Seção de Gestão de Contratos - SEGEC

Seção de Autuação e Controle de Processos - SACP

Assessoria de Assistência Médica e Odontológica - AAMO

Núcleo Socioambiental - NSA

Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução CNJ nº 201/2015, DJE de 09/03/2015.

Resolução do CNJ nº 249/2018

Resolução TSE nº 23.474/2016

Portaria da Presidência nº 626/2015, DEJEAL de 17/12/2015.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
(Portaria nº 276, de 30 de junho de 2021)

Dr. Hélio Pinheiro Pinto
Juíz Auxiliar da Presidência
Presidente da Comissão Gestora do PLS

Maurício de Omena Souza
Diretor-Geral

Ney Willer Santos Silva da Palma
Assessor de Gestão Estratégica

Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros
Secretária Judiciária

Carlos Henrique Tavares Méro
Secretário de Tecnologia e Informação

José Ricardo Araújo e Silva
Secretário de Administração

Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

Andréa Cristina de Lima Belchior
Coordenadora de Material e Patrimônio

Dóris Maria de Luna Tenório
Presidente do Núcleo Socioambiental

Flávia Lima Costa Gomes de Barros
Assessora de Comunicação Social

Danielle Alves Reis
Representante da Corregedoria Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2021 E EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES.....	08
2.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS.....	08
2.1.1 PAPEL.....	08
2.1.2 COPOS DESCARTÁVEIS.....	10
2.1.3 ÁGUA ENVASADA EM GARRAFAS E GARRAFÕES.....	11
2.2 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS.....	12
2.2.1 CARTUCHOS PARA IMPRESSÃO.....	12
2.3 ENERGIA ELÉTRICA.....	13
2.4 ÁGUA E ESGOTO.....	15
2.5 COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS.....	16
2.6 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	17
2.7 TELEFONIA.....	18
2.8 VIGILÂNCIA.....	19
2.9 LIMPEZA.....	20
2.10 DESLOCAMENTO DE PESSOAL.....	21
2.11 LAYOUT.....	22
2.12 DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.....	23
2.13 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	25
3. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2022	27
4. CONCLUSÃO	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Desempenho do indicador consumo de papel.....	08
Tabela 2. Desempenho do indicador de copos descartáveis.....	10
Tabela 3. Desempenho do indicador de água envasada.....	11
Tabela 4. Desempenho do indicador impressão.....	12
Tabela 5. Desempenho do indicador de energia elétrica (kwh).....	13
Tabela 6. Desempenho do indicador de água e esgoto (m ³)	15
Tabela 7. Desempenho do indicador de telefonia fixa e móvel.....	18
Tabela 8. Desempenho do indicador vigilância.....	19
Tabela 9. Desempenho do indicador limpeza.....	20
Tabela 10. Desempenho do indicador veículos.....	21
Tabela 11. Desempenho do indicador layout.....	22

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa atender às disposições da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201, de 3 de março de 2015 e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.474/2016. Tais normativos determinam a elaboração do relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável organizacional com vistas a acompanhar as ações realizadas, as metas alcançadas e os resultados medidos através de indicadores.

Impõe-se ressaltar que a Comissão Gestora do PLS do TRE/AL foi instituída pela Portaria da Presidência nº 430, de 21 de agosto de 2015, e alterada pela Portaria Presidência nº 276, de 30 de junho de 2021. Ato contínuo a comissão apresentou à Alta Administração o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (PLS-TRE/AL).

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (PLS-TRE/AL), com vigência para o período compreendido entre os anos de 2022 e 2026, foi instituído pela Portaria nº 434/2021, DJEAL de 20/10/2021.

Deve-se destacar que, assim como no ano de 2020, no ano de 2021 as ações propostas no Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas sofreram impacto das medidas de prevenção no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrentes do Novo Coronavírus, especialmente aquelas previstas na Portaria Conjunta Nº 4/2020 – TRE-AL/PRE/AEP, que fixou regras de restrição aos trabalhos presenciais em todas as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e em contrapartida, implantou a modalidade de trabalho remoto pelos servidores.

O presente documento traz o resultado dos principais indicadores constantes do Plano de Logística Sustentável – PLS, assim como, as ações previstas para o ano de 2022.

2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2021 E EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES

Tendo como referência os temas estabelecidos no PLS do TRE/AL, foram elaborados planos de ação, cujos acompanhamentos são a seguir resumidos:

2.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

2.1.1 Item: Consumo de papel: Objetivo: Reduzir a quantidade de papéis impressos no Tribunal (Secretaria e Cartórios Eleitorais).

Papel							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consumo de papel branco próprio	Quantidade (resmas) de papel branco utilizadas	80	378	397	540	134	106
Gasto com aquisição de papel branco próprio	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco	R\$ 915,12	R\$ 4.335,22	R\$ 4.553,69	R\$ 7.043,01	R\$ 2.094,74	R\$ 1.688,21
Consumo de papel reciclado próprio	Quantidade (resmas) de papel reciclado utilizadas	3945	2555	1818	1307	1238	676
Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado	R\$ 47.875,96	R\$ 31.049,78	R\$ 22.105,10	R\$ 19.605,00	R\$ 18.373,98	R\$ 9.957,48
Consumo total de papel branco e reciclado	Quantidade total de resmas de papel branco e reciclado utilizadas	4025	2933	2215	1847	1372	782

Tabela 1. Desempenho do indicador consumo de papel.

A quantidade de resmas de papel branco utilizadas no exercício 2021, apresentou uma diminuição de 20,9% (de 134 para 106 resmas/ano) em relação ao ano de 2020. Também tivemos uma diminuição na utilização de resmas de papel reciclado de 45,4% (de 1238 para 676 resmas/ano). No consumo total (papel branco e reciclado), a quantidade de papel continuou decrescendo em, aproximadamente, 43% com relação ao período anterior.

Nesse sentido, como objetivo para 2021, foi realizado um planejamento para continuidade das campanhas de conscientização, inclusive, com metas a serem alcançadas individualmente pelas unidades, pois ainda é visível no Tribunal um número excessivo de impressões, detectado notadamente em anos Eleitorais.

A previsão para 2022 é que se mantenha a redução no consumo de papéis neste regional, devido a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Entre as iniciativas em andamento para assegurar o objetivo previsto estão as campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente e adoção de medidas ambientalmente corretas, além da publicação da Portaria nº 39/2020 da Presidência do TRE-AL que regulamentou o uso de copos descartáveis e dispõe sobre a racionalização do uso de papéis para impressão na Justiça Eleitoral de Alagoas.

Campanhas de Sensibilização



2.1.2 Item: Consumo de copos descartáveis. Objetivo: Redução do consumo anual de copos descartáveis.

Copos Descartáveis							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 200 ml	3398	1797	1509	1417	1929	0
Gasto com aquisição de copos de 200 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 200 ml	R\$ 7.917,34	R\$ 4.007,31	R\$ 2.882,19	R\$ 2.706,47	R\$ 4.953,28	R\$ 0,00
Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 50 ml	623	236	213	167	33	0
Gasto com aquisição de copos de 50 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml	R\$ 679,07	R\$ 261,96	R\$ 236,43	R\$ 298,00	R\$ 49,17	R\$ 0,00

Tabela 2. Desempenho do indicador de copos descartáveis.

Em relação ao consumo de copos descartáveis, convém assinalar que já em 2020 foi publicada a Portaria Presidência nº 39/2020, em 13 de fevereiro de 2020, que suspendeu, definitivamente, a disponibilização, na Justiça Eleitoral de Alagoas, de copos plásticos descartáveis para consumo de bebidas quentes ou frias, pelo membros servidores efetivos/comissionados, requisitados, estagiários, terceirizados e colaboradores eventuais.

Nesse cenário, durante o exercício de 2021, não houve consumo de copos descartáveis pelo TRE/AL, pois todas as aquisições foram realizadas com copos de material biodegradável.

2.1.3 Item: Consumo de água envasada em garrafas de 500 ml e garrafões de 20 litros.

Água Envasada							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consumo de água envasada em embalagens plásticas	Quantidade (unidades) de garrafas descartáveis consumidas	73 161	0	181 080	0	136 512	0
Consumo de garrafões de água de 20 litros	Consumo de garrafões de água de 20 litros	3245	2600	3300	2862	2350	2230
Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafões de 20 litros	R\$ 13.763,75	R\$ 9.445,00	R\$ 11.730,00	R\$ 10.814,40	R\$ 9.210,00	R\$ 7.744,49

Tabela 3. Desempenho do indicador de água envasada.

Em relação ao consumo de água envasada em garrafas de 500 ml, ressaltamos que só ocorre nos anos eleitorais, sendo necessário para viabilizar a disponibilização de água aos mesários que trabalham nos 1º e 2º turnos das Eleições. Ainda assim, é importante notar a redução que ocorreu comparando-se os anos eleitorais de 2018 e 2020, aonde tivemos uma diminuição de 24,61% em 2020.

Já em relação ao fornecimento de água envasada em garrafões de 20 litros, em 2021, foi verificado um consumo de 2230 unidades, que corresponde a uma redução de 5,11% em relação ao ano anterior.

2.2 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS.

2.2.1 Item: Cartuchos para impressão. Objetivo: Redução do consumo de cartucho para impressão.

Impressões							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Impressões de documentos totais	Quantidade total de impressões	761417	370229	371966	304063	160347	115489
Equipamentos instalados	Quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho	475	165	442	102	82	72
Gasto com Aquisições de suprimentos	Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	R\$ 115.767,74	R\$ 91.399,18	R\$ 77.259,00	R\$ 35.354,18	R\$ 20.353,60	R\$ 10.355,00
Gasto com contratos de outsourcing de impressão	Valor (R\$) gasto com o posto de impressão	R\$ 83.057,04	R\$ 81.159,31	R\$ 81.425,04	R\$ 88.293,42	R\$ 32.719,38	R\$ 4.803,88

Tabela 4. Desempenho do indicador impressão.

No que diz respeito à meta focada em reduzir em 2% o consumo anual de cartuchos de impressão, tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2016, observamos que a meta vem sendo anualmente ultrapassada, haja vista a implantação do SEI (sistema eletrônico de informações) estabelecido para tramitação virtual dos processos administrativos e do Pje para tramitação virtual dos processos judiciais.

No ano de 2021, tivemos uma redução de 27,97% na quantidade total de impressões no Tribunal, em relação ao ano de 2020. Já em relação aos gastos com suprimentos para impressão, a redução em 2021 foi de 49,12% quando comparado com o ano anterior, que acompanha uma redução que vem se observando nos últimos 5 anos. Além disso, no ano de 2021, o contrato de impressão esteve em vigor apenas no período de janeiro à março.

2.3 ENERGIA ELÉTRICA. Objetivo: Aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica promovendo a redução efetiva do consumo (KW/h).

Energia Elétrica							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consumo de energia elétrica	Quantidade de Kwh consumidos	617.675	1.659.368	821.712	1.354.160	879.436	814.693
Gasto com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura	R\$ 682.653,43	R\$ 767.674,12	R\$ 970.829,03	R\$ 965.991,82	R\$ 724.130,40	R\$ 753.932,22

Tabela 5. Desempenho do indicador de energia elétrica (kwh).

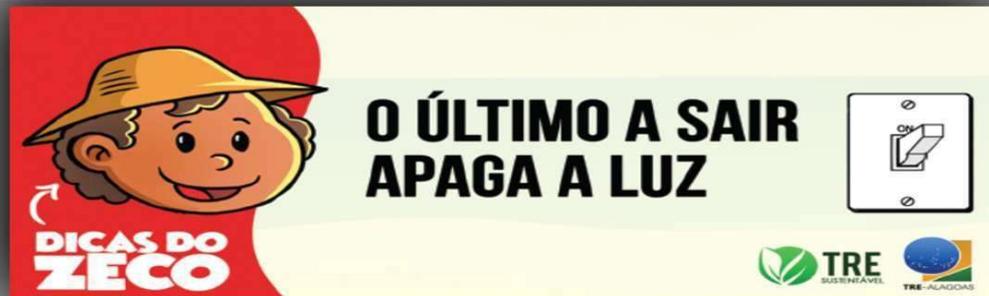
Os valores de 2016 e 2018 não levaram em conta vários cartórios do interior quanto a mensuração do consumo em Kwh consumidos.

Podemos observar que houve uma redução de 7,36% na quantidade de Kwh consumidos em 2021, quando comparado com o ano de 2020. Entretanto, tivemos em 2021, um aumento de 4,1% nos gastos com energia elétrica, em relação ao ano anterior, motivado pelo reajuste das tarifas.

As três ações estabelecidas para serem executadas a partir de 2016, foram priorizadas e encontram-se em execução no momento, quais sejam: utilização, sempre que possível, de sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; substituição paulatina, sempre que possível, de lâmpadas com maior eficiência energética e realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de energia elétrica.

Com efeito, o corpo de servidores da unidade técnica responsável pela Seção de Manutenção e Reparos do Regional – SMR, possui a incumbência de buscar ao máximo a implantação de ações com enfoque na sustentabilidade no âmbito da consciência coletiva ambiental, seguindo o estudo e aplicação dos critérios de Eficiência, Eficácia e Economicidade da Administração Pública.

Campanhas de Sensibilização



2.4 ÁGUA E ESGOTO. Objetivo: Redução do consumo do serviço de água e esgoto.

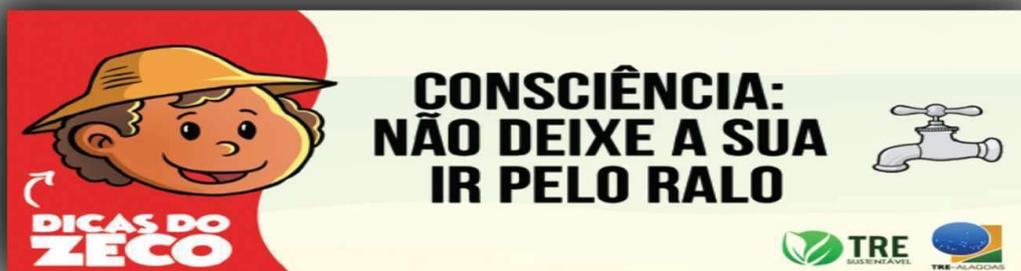
ÁGUA E ESGOTO							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Volume de água consumido	Quantidade de m ³ de água	9789	8367	8189	7502	5457	4385
Gasto com água	Valor (R\$) da fatura	R\$ 128.303,43	R\$ 132.268,95	R\$ 147.310,83	R\$ 105.408,84	R\$ 96.628,97	R\$ 71.894,27

Tabela 6. Desempenho do indicador de água e esgoto.

As duas ações previstas no PLS estão em execução, quais sejam: adotar medidas para evitar o desperdício de água e realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.

Podemos observar que houve uma redução no ano de 2021 de 19,6% na quantidade de m³ de água consumida, em relação ao ano anterior. Da mesma forma, também tivemos um redução de 25,5% no gasto com água em 2021.

Campanhas de Sensibilização



2.5 COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS. Objetivo: Promover a coleta e a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados no TRE/AL.

O TRE/AL, através do Núcleo Socioambiental, realiza campanhas de informação e sensibilização dos usuários do Tribunal acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descarte, coleta e destinação final.

Registra-se, por oportuno, que tendo em vista a meta estabelecida no PLS, consistente em viabilizar a coleta e o descarte adequados dos resíduos sólidos, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas efetua, através de política de desfazimento de bens, a destinação de materiais de informática que ainda podem ser aproveitadas para outros destinatários. De mais a mais, baterias de urnas eletrônicas e baterias de nobreaks são armazenadas e aguardam o recolhimento periódico, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

No que se refere a coleta seletiva de resíduos, foi firmado o Termo de Compromisso nº 01/2021 com a Cooperativa dos Catadores da Vila Emater – COOPVILA, que tem como objetivo a destinação de material reciclável (papel, papelão, plásticos, metais, vidros, etc), no intuito de contribuir para a causa socioambiental, encaminhando semanalmente resíduos à reciclagem e gerando fonte de renda aos catadores cooperados.

Campanhas de Sensibilização



2.6 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.

Objetivo: Promover continuamente o bem-estar organizacional por meio do aprimoramento das condições de trabalho.

O Tribunal, apesar das restrições orçamentárias dos últimos exercícios, está implantando modelo de gestão de pessoas baseado em competências, envolvendo atualização da descrição de cargos, mapeamento e avaliação, de forma a melhor adequar a lotação dos servidores com as suas competências, promovendo maior bem-estar no trabalho.

No decorrer do ano de 2017 foram realizadas oficinas de coleta dos mapas de atribuição por produto – MAPs em todas as unidades da Secretaria do Tribunal, bem como deu-se a validação dos mapas de atribuições que foram elaborados. No decorrer do ano de 2018, foram instituídas 3 (três) comissões para implantação da Gestão por Competência neste Regional (Comitê de Implantação, Estratégico e de Validação) e oficinas de coleta dos mapas de atribuição por produto – MAPs- em todas as unidades da Secretaria do Tribunal, bem como deu-se a validação dos mapas de atribuições que foram elaborados.

Por outro lado, a equipe responsável pelo programa “Mais Qualidade de Vida”, instituída pela Portaria Presidência nº 746, de 26 de setembro de 2014, anualmente cumpre com o desenvolvimento das ações previstas, objetivando a promoção de um ambiente físico de trabalho seguro e saudável, incluindo a viabilização de palestras relacionadas à sustentabilidade, saúde física, mental e espiritual, além de integração e conhecimento.

Cabe ressaltar que, no ano de 2021, houve uma redução significativa das ações decorrentes do programa “Mais Qualidade de Vida”, em decorrência da pandemia mundial do COVID-19, e a consequente suspensão parcial do expediente presencial em todas as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

2.7 TELEFONIA. Objetivo: Redução de consumo com a telefonia fixa e móvel.

Telefonia							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Gasto do contrato de telefonia fixa	Valor (R\$) da fatura	R\$ 143.853,16	R\$ 128.322,06	R\$ 104.238,73	R\$ 88.353,35	R\$ 73.909,91	R\$ 60.124,23
Gasto do contrato de telefonia móvel	Valor (R\$) da fatura	R\$ 37.341,00	R\$ 46.612,22	R\$ 37.602,69	R\$ 39.238,45	R\$ 41.745,25	R\$ 81.238,55

Tabela 7. Desempenho do indicador de telefonia fixa e móvel

Os gastos com o contrato de telefonia fixa apresentaram, em 2021, redução de 18,6% em relação a 2020, mantendo a tendência de redução que vem ocorrendo desde o ano de 217.

Em relação aos gastos com o contrato de telefonia móvel, em 2021, tivemos um aumento de 94% em relação ao ano de 2020, justificado pelo aumento da quantidade de linhas de telefonia móvel que atendem o Órgão que ocorreu em 2021, passando de 70 para 124 linhas, além do reajuste de tarifas ocorrido no período.

Em 2021, face à necessidade de comunicação, nos Cartórios Eleitorais e na Sede do Tribunal, e, considerando-se o trabalho remoto instituído no Tribunal, em decorrência da pandemia mundial do COVID-19, fez-se necessário uma maior utilização da telefonia móvel.

Ressaltamos, ainda, a utilização dos serviços de Voip que se utiliza da internet para chamadas telefônicas por meio de qualquer dispositivo conectado, evitando assim os gastos exorbitantes. Vale lembrar ainda que, em chamadas Voip, as conversas entre ramais têm custo zero, mesmo entre unidades alocadas em regiões diferentes.

2.8 VIGILÂNCIA. Objetivo: Avaliar a necessidade dos postos contratados.

Vigilância							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valor inicial do posto	Valor anual total do contrato (R\$)	R\$ 2.347.586,00	R\$ 2.270.689,34	R\$ 2.166.730,50	R\$ 2.023.130,67	R\$ 1.250.977,55	R\$ 1.185.767,24
	Quantidade de postos	25	23	22	20	12	12

Tabela 8. Desempenho do indicador vigilância.

Houve a retirada de todos os postos do interior e a realização de estudo para viabilidade de ampliação do sistema de vigilância eletrônica em 2021. A redução foi reflexo das medidas tomadas em razão da contenção orçamentária pela qual a Justiça Eleitoral passou no período.

Observamos em 2021, uma redução de 5,2% no valor anual total do contrato, quando comparado ao ano de 2020. Esta redução segue uma tendência que vem ocorrendo desde o ano de 2016.

2.9 LIMPEZA. Objetivo: avaliar o gasto com limpeza, incentivando o uso sustentável dos recursos e conservação do meio ambiente.

Limpeza							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Gasto de limpeza pela área construída	Valor (R\$) anual do contrato	R\$ 470.804,41	R\$ 560.424,72	R\$ 542.274,69	R\$ 589.206,15	R\$ 596.925,83	R\$ 580.199,29
	Área construída	9.787 m ²	19.233,91 m ²	19.233,91 m ²	19.233,91 m ²	19.064,62 m ²	20.167,46 m²
Gasto com material de limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	R\$ 138.017,22	R\$ 69.197,12	R\$ 76.302,36	R\$ 147.678,86	R\$ 367.908,11	R\$ 178.763,77

Tabela 9. Desempenho do indicador limpeza.

Os gastos com o contrato anual de limpeza apresentaram, em 2021, redução de 2,8% em relação a 2020.

Quando olhamos o valor do gasto com aquisição de material de limpeza, referente ao ano de 2021, podemos observar um aumento de 21% em relação ao ano de 2019, considerando apenas anos não eleitorais, este fato se deve pela necessidade de aquisição de vários itens extras, que foram utilizados em todas as Unidades do Tribunal, no enfrentamento a epidemia de COVID-19, por força do retorno parcial (50%) das atividades presenciais.

2.10 DESLOCAMENTO DE PESSOAL. Objetivo: Promover a racionalização no uso do transporte e a redução da emissão de poluentes.

Veículos							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais	Quantidade de veículos	20	21	19	21	23	23
Veículos para transporte de magistrados	Quantidade de veículos	3	4	4	4	2	2
Gasto com manutenção dos veículos da frota	Valor (R\$) da fatura do total de contratos de manutenção	R\$ 78.467,35	R\$ 57.648,74	R\$ 40.570,06	R\$ 17.694,17	R\$ 58.861,53	R\$ 51.290,81
Km – Quilometragem	Quilometragem percorrida pelos veículos	352484	240560	285645	224878	292958	295084

Tabela 10. Desempenho do indicador veículos.

Os gastos com a manutenção dos veículos da frota do TRE/AL apresentaram, em 2021, uma redução de 12,86% em relação a 2020.

O TRE/AL possui normativo interno para definição de procedimentos para uso da frota de veículos. A meta estabelecida para este tema é de reduzir a quantidade de quilômetros rodados com transporte de servidores em 2%, tomando-se como parâmetro os anos eleitorais e não eleitorais.

Observamos que em 2021 houve um pequeno aumento de 0,72% na quilometragem percorrida pelos veículos do Tribunal, em relação ao ano de 2020. Esse aumento se justifica pela necessidade de distribuição dos materiais de enfrentamento ao COVID-19, para todas as unidades do Tribunal no Estado de Alagoas.

2.11 LAYOUT

Layout							
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor (R\$) gasto com reformas nas unidades	R\$ 304.560,70	R\$ 321.684,61	R\$ 72.035,00	R\$ 1.612.590,96	R\$ 109.091,12	R\$ 1.922.593,67

Tabela 11. Desempenho do indicador layout.

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, a rotina de reformas do TRE-AL restou prejudicada, motivo pelo qual houve uma redução de mais de 90% nos gastos em comparação ao ano de 2019.

Já em relação aos gastos do ano de 2021, tivemos o retorno das atividades referentes aos projetos complementares da reforma e da obra de recuperação estrutural da Antiga Sede do TRE/AL, além de reformas realizadas nas sedes de alguns Cartórios Eleitorais do Estado de Alagoas.

2.12 DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

Objetivo: Divulgar o Plano de Logística Sustentável, sensibilizar e capacitar Magistrados e servidores em assuntos relacionados à sustentabilidade.

Em decorrência da pandemia de COVID-19, e conseqüentemente, pela implantação do trabalho remoto no Tribunal, tivemos impacto direto na realização das ações de sensibilização e capacitação dos servidores, em temas ligados à sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.

Durante o ano de 2021, o Núcleo Socioambiental desenvolveu campanhas de conscientização para redução de consumo de papel, insumos de informática, energia elétrica, água, telefonia, copos descartáveis, uso de veículos, coleta seletiva e qualidade de vida no trabalho.



EVITE COPOS DESCARTÁVEIS

substitua os copos descartáveis por canecas ou outros recipientes reutilizáveis. Um copo de plástico pode levar até 300 anos para se decompor na natureza, além de um gasto enorme para os cofres públicos.



USE SUA CANECA

reutilize sua caneca e ajude na economia e no cuidado com o meio ambiente! Ao mudar seus hábitos, você evita que copos descartáveis se acumulem nos aterros e muitas vezes indo parar na natureza.






tre.alagoas



  tre.alagoas

Olá, servidor!! Eu sou o Zeco, um jangadeiro nascido e criado nas belas praias de Maceió e que precisa do meio ambiente para sobreviver. Fui convidado pelo pessoal da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL para dar algumas dicas legais sobre sustentabilidade. Contem comigo!!



2.13 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.

Objetivo: Implementar práticas sustentáveis nas licitações de compras e contratações.

O Tribunal tem adotado medidas no sentido de estimular contratações sustentáveis. De fato, essa medida norteou os trabalhos da Comissão instituída para acompanhamento dos projetos da Nova Sede da Secretaria que será erguida com critérios totalmente sustentáveis (uso de energia solar, reutilização de água, etc.).

Não se pode olvidar que todos os resíduos de obras e reformas são de inteira responsabilidades das empresas contratadas, porém o Tribunal exige em Edital e no Projeto Básico das contratações que estes resíduos sejam descartados de forma adequada, numa central de resíduos e/ou num aterro sanitário.

Não por outro motivo foi elaborado no Tribunal normativo destinado a regulamentar, no âmbito interno, as contratações. Trata-se da Resolução TRE-AL nº 15.787, de 15 de fevereiro de 2017, a qual traz expressamente dispositivos contendo a obrigatoriedade de observação de critérios de sustentabilidade para elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência, bem como quando da aprovação da contratação.

No exercício de 2021, tivemos 44% dos contratos celebrados com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico de critérios de sustentabilidade.

Alguns aspectos de sustentabilidade adotados no TRE-AL:

1- Combustível - o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos

ambientais específicos. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos;

2- Material de Expediente - que os papéis higiênicos sejam confeccionados em material biodegradável e os papéis toalha confeccionados em 100% fibra celulósica. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, e que estejam em conformidade com o Art. 5º , incisos I a IV e seus parágrafos, da IN Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - MPOG;

3- Celulares - a contratada deverá fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada, bem como ficar encarregada de promover o descarte adequado dos aparelhos, baterias e demais materiais recolhidos, seja quando do encerramento do contrato, por ocasião da substituição por outros, ou quando forem danificados irreversivelmente, seguindo os preceitos da Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

4- Os produtos utilizados pela empresa contratada responsável pela limpeza do Tribunal obedecem às classificações e especificações da ANVISA, observando a Lei n. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto n. 8.077/13;

5- Produtos como sabão e detergentes, adquiridos pelo Tribunal, são isentos de fósforo ou com a concentração dentro do limite máximo;

6- Álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas são adquiridos com a regularidade aferida pela ANVISA;

7- Prioriza-se, quando da aquisição, produtos concentrados e/ou que possuam comercialização em refil;

8- Opta-se, quando possível, pelas assinaturas de revistas e periódicos em versões eletrônicas.

3 . IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2022

Para 2022, além das ações de periodicidade continuada, foram previstas:

- Continuidade das etapas do projeto de implantação de modelo de gestão de pessoas baseado em competências;
- Reforçar as Campanhas de conscientização voltadas à intensificação dos procedimentos para redução de impressões e o uso otimizado das demais ferramentas de processos eletrônicos;
- Realização de campanha de redução de consumo de insumos naturais (água, energia) e materiais de consumo;
- Capacitação de servidores com vistas à sensibilização para as práticas sustentáveis;
- Evitar alterações desnecessárias e repetitivas de layout com o objetivo de reduzir valores gastos nas reformas das unidades;
- Construção da nova sede do Tribunal. O projeto arquitetônico elaborado pela empresa ENAR Engenharia e Arquitetura Ltda., vencedora do certame licitatório, guarda respeito às modernas práticas de sustentabilidade. Atualmente o Tribunal aguarda liberação de recurso orçamentário para viabilização do processo de execução;
- Criar plano de capacitação baseado nas necessidades comuns do Órgão, entre elas as que se referem a saúde e segurança do servidor;
- Organizar/promover ações conjuntas de qualidade de vida tais como feiras agroecológicas, corridas, caminhadas e palestras relacionadas à saúde do trabalhador;
- Elaboração do guia de compras e contratações sustentáveis;
- Permanência de recolhimento de vidros com tampas plásticas para doação ao banco de leite materno na Maternidade Santa Mônica, haja vista a carência constante deste item;
- Coletas de resíduos: eletrodomésticos, informática, celulares, som e TV, entre outros, através da empresa BIO DIGITAL.

4. CONCLUSÃO.

A implementação e o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade buscam construir uma nova cultura institucional visando a inserção de critérios sustentáveis nas atividades realizadas pelo Tribunal, envolvendo suas diversas áreas e buscando a integração de todos.

Não se pode olvidar que a incorporação na cultura organizacional das práticas de sustentabilidade é um processo de construção progressiva, sendo que a avaliação periódica e o acompanhamento das ações e indicadores é essencial para a melhoria do desempenho institucional na temática socioambiental.

Com as informações prestadas pelas unidades deste Tribunal (processos SEI nº 0001083-78.2022.6.02.8000 e 0001695-89.2017.6.02.8000), e com base no Plano de Logística Sustentável do TRE-AL, a teor do que dispõe a Resolução CNJ nº 201/2015, é o relatório.